

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 98.ª Sessão Ordinária
Realizada em 29 de Junho de 1971 — (Terça-feira)

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Jopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Barantuk, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Xenofonte Villanueva e Wilson Brandão (43); achando-se ausentes os srs. deputados: Nelson Buffara, David Federmann, Mourício Fruet e Paulo Camargo (4).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

MENSAGEM:

MENSAGEM

17-71

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso projeto de lei que visa instituir a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR).

2. O projeto de lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, surgiu após acurado estudo da matéria existente em que se procurou estruturar o órgão da melhor maneira para que o mesmo possa cumprir a sua finalidade. A adoção da personalidade jurídica da Fundação como de Direito Público teve sua razão indicada pelas atribuições que desempenhará quase em tão somente junto a outras entidades também de direito público. Na verdade sua atuação se dará na área dos Municípios, perante as entidades do Governo Federal e Estadual, ficando, portanto com a mesma envergadura jurídica, em plano horizontal, para o trato das coisas públicas. Não

obstante ser uma entidade de direito público o seu contexto permitirá ampla liberdade de ação aos dirigentes, que ficarão livres dos embaraços da burocracia das repartições públicas.

3. Essa condição foi permitida ser utilizada diante do sistema preconizado na reforma administrativa do Governo Federal, que hoje impera na administração do Poder Público, em qualquer de seus estágios, de, na medida do possível, desvincular-se o pessoal da regra estatutária, incluindo-os no regime das leis trabalhistas. Sendo a Fundação um órgão eminentemente prestador de serviços o fundamento de sua liberdade de ação encontra-se exatamente nesse motivo.

4. A não inclusão na estrutura da Fundação de qualquer Conselho (Curador, Coordenador, Deliberativo, Consultivo, etc.) deveu-se ao sentido de atribuir ao dirigente maior responsabilidade, unidade e liberdade de ação.

5. Os critérios adotados, neste caso específico, são cônsones com o fenómeno da evolução do conceito da pessoa jurídica no sentido de atribuir personalidade a um patrimônio de afetação, fora dos moldes clássicos da fundação do direito privado.

6. A instituição dessa Fundação, pelo Estado, em face da autonomia constitucional deste, não esbarra em qualquer limitação de ordem legal, mesmo diante do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 900, de 29 de Setembro de 1969, uma vez que o mesmo se destina a sistematizar apenas a administração federal, em razão das múltiplas e inúmeras fundações, que indiscriminadamente foram criadas pela União. De acordo com esse dispositivo legal a União está impedida de instituir novas fundações que entre outros requisitos não tenham: a) — participação de recursos privados equivalentes, no mínimo, a um terço do total; b) — objetivos não lucrativos e que sua natureza as atribuições não possam ser executadas por órgãos da administração direta ou indireta; e c) — demais requisitos estabelecidos no artigo 24 e seguintes do Código Civil (direito privado).

7. A especificação detalhada dos objetivos e atividades da Fundação, bem como das atribuições de seus dirigentes, foi estabelecida no projeto como política de impacto, de molde a que, de imediato, se reconheça e se convença da definição do novo Governo quanto aos seus princípios municipalistas e a programação do desenvolvimento regional e local através da boa administração, carreação e aplicação de recursos hoje inexistente na área municipal.

8. Ainda, com esse mesmo propósito, optou-se pela instituição pura e simples do novo órgão (Fundação) e extinção do Departamento de Assistência Técnica dos Municípios (DATM), ao invés da transformação deste Departamento em Fundação, para que não houvesse qualquer óbice relativamente aos servidores públicos lotados naquele Departamento. Segundo o critério adotado, a Fundação realmente começa no início, livre de vícios de origem. Por outro lado, podendo o dirigente da Fundação requisitar, conforme consta do projeto, funcionários públicos ou autárquicos especializados em assuntos municipais, serão aproveitados aqueles que possam trazer à Fundação os conhecimentos e a experiência que eventualmente amalharam durante o tempo que serviram no Departamento cuja extinção é prevista no projeto.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica instituída a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, com personalidade jurídica de direito público, sede e fóro na Capital do Estado, vinculando-se a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, com patrimônio próprio e autonomia técnica, administrativa e financeira.

Parágrafo único. A Fundação poderá instalar e manter escritórios ou agências em Municípios do Estado, em outros Estados e no Distrito Federal.

Art. 2.º Os bens de domínio do Estado constituídos de todos os móveis do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios (DATM), passam a integrar o patrimônio da Fundação.

§ 1.º Constituirão ainda o patrimônio da Fundação outros bens móveis e imóveis que lhe forem expressamente destinados.

§ 2.º Extinta a Fundação, seu patrimônio reverterá ao Estado do Paraná.

Art. 3.º Constituem receita da Fundação, além dos recursos provenientes de seu patrimônio:

I Auxílios e subvenções constantes do Orçamento do Estado sob forma de dotações globais e específicas para pessoal, material, serviços e encargos, obras e equipamentos;

II Auxílios, contribuições e subvenções constantes do Orçamento da União e dos Municípios;

III Empréstimos e doações;

IV Rendimentos e remuneração de serviços prestados, mediante acôrdo e convênios com os Municípios e com entidades privadas;

V Auxílios e contribuições de entidades públicas e privadas.

Art. 4.º As atividades da Fundação abrangem, especialmente, os seguintes setores:

I Legislação municipal;

II Organização administrativa municipal;

III Orçamento e contabilidade municipal;

IV Tributos municipais;

V Planejamento local integrado.

Parágrafo único. Compreendem-se nos objetivos da Fundação:

I Promover estudos e pesquisas no interesse dos Municípios, orientando-os nas prestações de contas aos órgãos competentes do Estado e da União;

II Promover a formação e o treinamento de pessoal especializado para as várias funções da administração municipal;

III Promover e participar de cursos, certames, reuniões e congressos, visando a difusão, aperfeiçoamento e intercâmbio de conhecimentos e experiências de assuntos municipais;

IV Difundir a melhor técnica de governo local por todos os meios a seu alcance;

V Elaborar e divulgar publicações necessárias ao aprimoramento da administração municipal;

VI Organizar e manter biblioteca especializada em assuntos municipais;

VII Manter intercâmbio com entidades congêneres;

VIII Realizar convênios com Municípios e entidades nacionais e estrangeiras, para obtenção de recursos destinados ou a serem aplicados nos Municípios;

IX Obter a colaboração de técnicos da Administração Pública ou contratar especialistas e pessoal necessários à consecução de suas finalidades;

X Realizar convênios com entidades assistenciais e escolares, públicas ou privadas, no interesse dos Municípios;

XI Realizar convênios com Municípios para elaboração de projetos técnicos de desenvolvimentos locais.

Art. 5.º A Fundação será administrada, na forma do Estatuto, por um Diretor e um Secretário Geral, nomeados pelo Governador do Estado, dentre diplomados em curso superior e com experiência em assuntos municipais.

§ 1.º O Diretor e o Secretário Geral perceberão remuneração mensal que será fixada, anualmente, por ato do Governador do Estado.

§ 2.º O Diretor e o Secretário Geral poderão pertencer aos quadros de servidores da administração do Estado, caso em que deverão optar entre o vencimento e demais vantagens de seu cargo ou a percepção da remuneração fixada na forma do parágrafo anterior, sem prejuízo dos direitos que lhes conferir a legislação a que estiverem subordinados.

§ 3.º Nas suas faltas ou impedimentos, o Diretor será substituído pelo Secretário Geral.

Art. 6.º. Compete ao Diretor:

- I Representar ativa e passivamente a Fundação;
- II Receber, aplicar e prestar contas dos recursos financeiros que forem atribuídos à Fundação;
- III Contratar, no regime das leis trabalhistas e nos limites dos recursos financeiros da Fundação, técnicos e pessoal administrativo necessários ao desempenho de suas atividades;
- IV Contratar com terceiros estudos, pesquisas e demais trabalhos especializados ou obtê-los da própria Administração Pública, gratuitamente ou mediante remuneração;
- V Obter recursos e assinar convênios com quaisquer órgãos públicos ou entidades privadas;
- VI Representar os Municípios em atos vinculados a seus interesses, bem como os das entidades privadas;
- VII Baixar o regimento interno da Fundação e demais normas necessárias ao seu funcionamento, observadas as disposições legais e estatutárias;
- VIII Despachar diretamente com o Governador do Estado o expediente da Fundação e manter os contactos necessários com autoridades e demais interessados;
- IX Requisitar servidores públicos estaduais, inclusive autárquicos, quando necessários para as atividades da Fundação, na forma da legislação em vigor.

Art. 7.º. Ao Secretário Geral, além das funções de administração do pessoal e do patrimônio da Fundação, compete desempenhar as que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

Art. 8.º. O Estatuto da Fundação será aprovado e reformado por Decreto do Governador do Estado.

Art. 9.º. Fica o Poder Executivo autorizado a extinguir, na Secretaria do Interior e Justiça, o Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, criado pela Lei n.º 43, de 23 de janeiro de 1948, tão logo esteja instalada e em funcionamento a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná.

§ 1.º. Com a extinção do órgão, os atuais servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, lotados no Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, passarão a ter lotação na Diretoria Administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça.

§ 2.º. A representação do órgão extinto, junto a todas as entidades colegiadas da administração estadual, centralizada ou descentralizada, passará a ser exercida pelo Diretor da FAMEPAR, ou pessoa por ele indicada.

Art. 10. O saldo das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento vigente ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, existente na data de sua extinção, fica transferido em forma de auxílio para a Fundação instituída por esta lei, devendo nos anos subsequentes constar dotação própria no orçamento da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, destinado a atender despesa de instalação e funcionamento da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR).

Parágrafo único. Para cobertura do crédito de que trata este artigo, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância da dotação da Administração Geral do Estado do Orçamento em vigor.

Art. 12. A Fundação prestará contas ao Tribunal de Contas, por exercício encerrado, remetendo o balanço até o dia 31 de março do exercício seguinte.

Art. 13. A Fundação encaminhará anualmente aos Poderes Executivo e Legislativo relatório circunstanciado de suas atividades acompanhado do balanço do respectivo exercício.

Colégio Manoel Ribas — É um estabelecimento que este ano completa o seu jubileu de prata de existência, e apesar dos seus 25 anos continua ministrando ensino com a mesma capacidade de sua fundação. Desde 1946, este colégio atende o mesmo número de alunos, que na época eram 70 por cento menor do que atualmente. Sua superação é total e o seu uso, em três turnos, esgotou o espaço disponível, necessário à sua expansão de vagas.

Não há meios nem recursos para manter a aparelhagem de ensino que necessita.

Escola Técnica de Comércio — Este Liceu, como a Escola Normal, também não possui prédio próprio, e vem funcionando há anos, em locais sucessivamente cedidos em caráter provisório. O espaço de mão-de-obra que supre, com seus formandos, é de necessidade vital para o comércio da região. Também necessita de verbas para suprir a falta de aparelhagem de ensino.

Escola Agrícola Arlindo Ribeiro — Este estabelecimento, num município em que a agro-pecuária é o tom maior, mercê a falta de recursos, produz apenas, quando faz, 100 formandos, haja visto apenas existir tal número de vagas. Esta escola existe há mais de vinte anos, e em nada foi modificada desde essa época.

Ginásio do Distrito de Entre-Rios — Neste local se encontra uma das maiores Cooperativas do País. No entanto o ginásio, para sobreviver, é custeado pelos pais dos alunos, ficando, desta maneira, a escola vedada aos jovens sem recursos, no caso os empregados ou filhos destes, das propriedades rurais que integram a cooperativa. O Estado participa nesse educandário com apenas duas professoras, havendo um dispêndio superior a Cr\$ 300.000,00 anuais, que fica a cargo da Cooperativa Central Agrária.

O QUE FALTA

1 — É necessária a construção do prédio próprio da Escola Normal. Desde o ano de 1968, se encontra à disposição do Estado um terreno para tal, doado pela Prefeitura Municipal. Com esta construção, se equaciona os demais problemas existentes, pois com o prédio maior, maior será o número de salas, maior será o número de matrículas e mais formandos advirão.

2 — Ampliação do Colégio Manoel Ribas, com a construção de um prédio novo, no mesmo terreno, já que o próprio comporta. Com um estabelecimento maior, ali também poderia ser instalada a Escola Técnica de Comércio que, desta maneira, também teria a sua sede própria.

3 — Edificação da sede própria do Ginásio no Distrito de Entre Rios e um consequente maior auxílio para o mesmo, com a cessão de mais professores subvencionados pelo próprio Estado, bem como pela assunção financeira do estabelecimento. Esta última medida propiciaria a matrícula de alunos sem recursos financeiros, o que seria, por sinal, medida das mais acertadas.

4 — Ampliação da Escola Agrícola de Guarapuava, com nomeação de mais professores, número maior de vagas, reaparelhamento do estabelecimento. O atual número irrisório de matrículas não chega a suprir dez por cento das necessidades da região, e um maior número de formandos, por esta escola, não somente beneficiaria o município, como todo o Estado do Paraná.

5 — A implantação de um Curso Técnico Profissional. Semelhante ensino traria para Guarapuava e para todo o Sudoeste do Paraná os benefícios da especialização, necessários a uma região que apresenta os maiores índices de desenvolvimento do Estado. Por outro lado, evitaria a evasão escolar para outros centros, centralizando em torno deste município uma instituição de amparo técnico nos setores de produção da região.

Entre as reivindicações mais importantes do município de Guarapuava, é o ensino a sua maior.

O município possui 110 mil habitantes, mas representa um centro econômico de mais de 400 mil habitantes.

Dotá-lo de meios educacionais eficientes, capazes de atender à demanda regional, é a aspiração maior das lideranças locais. São desnecessários comen-

tários loquazes para ressaltar a importância de uma educação eficiente num polo regional de desenvolvimento. Nós, de Guarapuava, nos sentimos inferiorizados em relação a outras regiões do Estado, às quais os governos que possuiu o Estado, sempre deram maior atenção.

Aqui, neste breve relato, mostramos o pouco que temos, para o muito que damos para o Estado. Guarapuava, com seus 150 anos, desempenhou papel histórico no desenvolvimento econômico do Paraná, sendo, no passado, um sustentáculo de sua sobrevivência pela sua agricultura, pecuária e erva-mate. Contribuiu de forma decisiva para o desbravamento de outras regiões do Estado.

Não somos só passado. Hoje, Guarapuava se coloca no primeiro posto na produção tritícola, sendo também primeiro colocado em madeira e arroz de todo Estado.

Sua cultura de trigo e sua rizicultura se colocam entre as mais desenvolvidas do Estado, tanto produtiva como tecnicamente. Seu rebanho serve bem como mostra de como produz a região.

As necessidades do ensino que aqui enumeramos, nada mais representam do que o viável, do que o necessário, daquilo que é imperioso para uma região que é de vital importância para o surto econômico-financeiro do Estado.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições e na forma regimental, considerando que:

I — A produção de algodão, na atual safra, decresceu em cinquenta por cento relativamente ao ano anterior, quando o Paraná foi suplantado apenas por São Paulo, no conjunto da produção nacional;

II — Os produtores justificam esse decréscimo não só face à ocorrência de fenômenos climáticos adversos, mas, principalmente, em função da baixa qualidade das sementes de algodão fornecidas pela Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — Café do Paraná — as quais são, comprovadamente, de reduzido poder germinativo;

III — As primeiras consequências começam a se verificar, entre elas o êxodo dos beneficiadores do produto que, diante da redução das possibilidades de trabalho, estão transferindo os maquinários para o vizinho Estado do Mato Grosso, onde a produção de algodão cresceu consideravelmente a partir da safra do ano passado;

IV — Essa situação poderá gerar grave crise nesse setor da produção agrícola do Paraná, a par de representar um desestímulo a novos investimentos na cultura do algodão e de frustrar a mão de obra já especializada que será obrigada a se deslocar;

V — No próximo mês de outubro deverá ter início nas regiões produtoras do Estado o plantio do algodão, marcando assim o começo de uma nova safra, agora de sombrias perspectivas;

Requer à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor Superintendente da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — Café do Paraná — solicitando medidas urgentes com vistas, sobretudo, a reformular a política de distribuição de sementes de algodão, primando por uma melhor qualidade destas, e iniciar entendimentos junto aos demais centros produtores, visando o estabelecimento da prática de permutas nessa cultura agrícola, que, em outros setores, se tem revelado de grande valia no desenvolvimento qualitativo da produção, com reflexos altamente positivos no aspecto quantitativo.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1971.

(a) — Jorge Sato

PROJETO DE LEI N. 127-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1 — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito no município de Rolândia, com jurisdição sobre os municípios de Cambé, Jaguapitã, Miraselva, Cafeára e Guaraci.

Art. 2.o — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1971.

(a) — Xenofonte Villanueva

PROJETO DE LEI N. 128-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o — Fica criado um Ginásio Estadual em Vila Oliveira, na cidade de Rolândia, para funcionar no ano letivo de 1972.

Art. 2.o — Revogam-se as oposições em contrário.

Sala das Sessões, 25 de junho de 1971.

(a) — Xenofonte Villanueva

JUSTIFICATIVA:

Já está em funcionamento na referida Vila, uma extensão do Ginásio Estadual Presidente Kennedy, funcionando durante a noite e com 200 alunos matriculados.

Cumpra esclarecer que o Ginásio Estadual Presidente Kennedy é o único estabelecimento de Ensino Médio da cidade, e conta com o elevado número de 1555 alunos.

O curso primário está atualmente com 4.088 alunos, donde se depreende a urgente necessidade da construção de um novo estabelecimento de Ensino Médio, a fim de acolher o incontestável aumento de matrículas daqueles que desejam continuar a estudar.

Ressaltamos que em entendimento com o atual Prefeito Municipal, sr. Pedro Scomparim, constatamos sua preocupação com o assunto e, na intenção de encontrar uma urgente solução para o problema, compromete-se a Prefeitura Municipal de Rolândia, a efetuar a compra de um terreno para doá-lo ao Estado, a fim de nele ser construído o estabelecimento em questão.

PROJETO DE LEI N. 129-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.o — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paulo, de Mandaguçu.

Artigo 2.o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1971.

(a) — Jorge Sato

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade São Vicente de Paulo de Mandaguçu, fundada em 12 de janeiro de 1959, e registrada na Secretaria do Trabalho e Assistência Social, destina-se a orientar as Conferências e Obras Unidas existentes na localidade, assistindo-as na prática de suas atividades caritativas e assistenciais, no seu regular funcionamento e no cumprimento mais perfeito de suas atividades.

A entidade já foi reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal n.o 173-67, de 18 de setembro de 1967.

Estamos certos que o Projeto receberá o apoio e a aprovação de nossos distintos Pares nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.
Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, nobres srs. Deputados.

Vou voltar a um assunto que já abordei nesta Casa, qual seja, o entrosamento que deve existir entre o município de Curitiba e o Poder Público Estadual, principalmente no que se refere ao setor de obras públicas.

Naquela oportunidade, e com o apoio inclusive do exmo. sr. deputado João Mansur, líder do Governo nesta Casa, a Casa quase que por unanimidade, concordou com o meu ponto de vista de que o serviço de Águas e Esgotos deve ser entregue a quem de direito, ao município de Curitiba, a fim de que o comércio e os senhores munícipes não continuem com o mesmo dissabor que vêm experimentando até aqui. Onde, hoje, o Departamento de Água e Esgotos abre uma rua para substituir a rede de águas, vem a Prefeitura, conserta o asfalto e, novamente, o Departamento de Águas abre a rua porque colocou tubos plásticos, que não são os recomendáveis.

E neste drama vão vivendo os comerciantes das ruas Voluntários da Pátria e Pedro Ivo que, por dezoito meses, estão sofrendo, penando, com seu comércio paralisado.

Ainda quando a Prefeitura e o Estado entram em acôrdo, para executarem o serviço mutuamente, vem depois a Companhia Força e Luz e reabre novamente a rua, como se Curitiba fôsse a Londres dos bombardeios alemães de 1942-43.

Naquela oportunidade, fizemos um apêlo ao sr. Governador do Estado, e ele não encontrou a devida ressonância.

Em outras oportunidades, também fizemos apêlo ao então Prefeito de Curitiba, dr. Omar Sabbag, no sentido de que desse curso ao Plano Diretor da cidade de Curitiba, e obrigasse os estabelecimentos industriais ao tratamento das águas poluídas, a fim de que a população de Curitiba não continuasse sofrendo terrivelmente os odores exalados pelas águas dos cortumes e estabelecimentos industriais localizados na área de Curitiba.

Até agora, nada de positivo obtivemos, e como Deputado representante do povo da Capital, nesta Casa, e uma situação "sui generis" a de um Deputado por Curitiba. Pois que são mais três os Deputados que, nesta Casa, representam o município de Curitiba; o deputado Igo Losso, o deputado Acyr José e o deputado Mauricio Fruet. Somos interpelados na rua, pelos senhores munícipes, que nos trazem os problemas da cidade, e nós ficamos sem nada poder fazer. Porque, quando solicitamos informações ao sr. Prefeito de Curitiba, S. Exa. acha que, de direito, não deve responder. Mas, nós achamos que, de fato, ele deve responder, não por imposição legal, mas também por uma simples cortesia. Porque esta Casa tem co-responsabilidade na escolha do Prefeito de Curitiba. Escolhido o nome que deve ocupar a Prefeitura de Curitiba, o sr. Governador do Estado envia mensagem a este Poder Legislativo, que referenda, ou não, o nome escolhido.

Ora, se esta Casa referenda o nome do Prefeito de Curitiba, esta Casa tem o direito de saber dos seus atos administrativos, principalmente aqueles que dizem respeito de perto aos interesses supremos do povo curitibano.

Nestas condições, vou endereçar, não como pedido de informação, mas mas vou ler rapidamente três requerimentos que acho de grande importância, e que vamos endereçar ao sr. Prefeito de Curitiba, caso o sr. Líder do Governo, com sua cortesia, com sua lhanza, que já são peculiares em sua pessoa, permita que a maioria aprove nossos requerimentos.

O primeiro diz o seguinte: (Lendo):

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Confiado em que interessa ao Prefeito Municipal de Curitiba esclarecer

tôdas as dúvidas eventualmente levantadas por munícipes perante os Deputados representantes da Capital nesta Legislatura;

Admitindo também que, como participante no processo de escolha do Prefeito da Capital, esta Casa, da mesma forma que o Poder Executivo Estadual, tem responsabilidade objetiva por seus atos administrativos;

Atentando, por fim, que cabe ao homem público prestar esclarecimentos sobre atos administrativos sempre que solicitados,

Requer o Deputado que adiante assina, na forma regimental, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, pleiteando esclarecimentos sobre os seguintes itens:

1. Pretende o Município entregar o plano de urbanização de Santa Felicidade a uma firma especializada, apesar de possuir um Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbanística? Procede a afirmação de que o planejamento está orçado em cento e quarenta mil cruzeiros?

2. O Município alugou imóvel particular para sede do Departamento de Concessões da Prefeitura, quando a nova sede da municipalidade é imóvel amplo, recentemente inaugurado, e apregou-se a necessidade de centralização de serviços? Na afirmativa, quais os alugueres pagos e quem é o proprietário do referido imóvel?

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1971".

Outro requerimento, sr. Presidente, que tem a seguinte redação: (Lê)

"Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscrive, confiado em prerrogativas regimentais, requer à Mesa, ouvida a Casa, o envio ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, ao Prefeito Municipal de Curitiba e ao Diretor do Departamento de Águas e Esgotos, de cópias de notas taquigráficas da recente sessão durante a qual abordou-se a necessidade de transferir para a área de competência municipal a manutenção e ampliação dos serviços de água e esgotos de Curitiba.

Na sessão referida, o Deputado requerente solicitou, em apêlo, que a transferência do acervo do Departamento de Água e Esgotos para a organização já criada em Lei Municipal se consumasse em curto espaço de tempo. Entretanto, não só a providência deixou de ser adotada, como tampouco qualquer dos interessados forneceu a esta Assembleia, ou a veículos de divulgação, esclarecimentos sobre os motivos da omissão.

Admitindo que o teor do pronunciamento e das moções de apoio que recebeu da maioria dos senhores Deputados, não tenham chegado a quem tem poder decisório no assunto, faz-se necessária a presente solicitação. Cientificadas oficialmente, por certo essas autoridades, ou adotarão a providência, ou oferecerão a esta Casa e ao povo do Paraná, todos os esclarecimentos necessários.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1971".

É um terceiro requerimento abordando um problema que, embora de órbita municipal, possui graves implicações regionais. (Lê)

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, consultada a Casa, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município da Capital do Estado, solicitando-se as informações adiante enumeradas, ambas abordando problemas que, embora de órbita municipal, possuam graves implicações regionais:

1. Por que motivo não foram regulamentadas, através de legislação municipal, as disposições expressas do Plano de Urbanismo de Curitiba, que determinam a obrigatoriedade de tratamento de resíduos industriais antes de seu despejo em águas públicas?

2. Em que pé se encontram os entendimentos entre Município e Estado, para que o Poder Público Municipal assuma atribuições de disciplinar e executar os serviços de águas e esgotos?

JUSTIFICATIVA: — A obrigatoriedade dos prefeitos de Capital, de responderem pedidos de informações endereçados pela Assembléia Legislativa, é matéria omissa na legislação federal e estadual, apesar do cargo, na nova sistemática política, ser de livre indicação do Governo do Estado, em coresponsabilidade com o Legislativo, a quem cabe veto ou referendo do nome indicado.

Não obstante a omissão legal, confia-se que o Executivo Municipal receba bem tais pedidos de informações, por expressarem legítimas preocupações com problemas de repercussão regional, merecendo resposta, se não por imposição legal, ao menos pela cortesia que deve merecer esta Casa.

Se não, vejamos o conteúdo das informações solicitadas:

1. Há poucos meses, na Lapa, reunidos técnicos, Prefeitos e autoridades dos municípios situados na Bacia do Rio Iguaçu, debateu-se conclusões técnicas, segundo as quais esse rio, fonte de abastecimento de água potável de uma grande parte da população paranaense, apresenta índice de poluição perigoso, colocando em risco a saúde pública em várias comunas ribeirinhas.

Verificou-se, também, que a principal responsabilidade pela poluição cabe ao município da Capital, área de maior concentração industrial, situada perto da nascente. Passando por Curitiba, em direção oeste, como afluente do Paraná, o Rio Iguaçu recebe aqui uma formidável carga de detritos industriais não tratados, lançada nos pequenos rios que cortam a cidade. Aparece assim Curitiba como responsável por um grave problema regional.

Não bastasse isso, os próprios habitantes de Curitiba são prejudicados. Vários bairros da cidade são hoje praticamente inabitáveis em virtude do mau cheiro exalado por águas contaminadas.

A responsabilidade objetiva pela situação é do Poder Público Municipal. No Plano Urbanístico de Curitiba está expressamente prevista a defesa de águas fluviais contra poluição.

Mas a norma constitui letra morta, por falta de regulamentação prevendo fiscalização e penas que valham para o setor industrial. É omissão inexplicável e imperdoável, considerados os altos interesses comunitários ofendidos, cabendo ao Município explicá-la.

2. Quanto aos serviços de água e esgotos, a implantação de uma organização municipal que assuma o acervo do Departamento de Água e Esgotos já é tema constante de lei. Apesar do assunto haver sido amplamente debatido nesta Casa, jamais mereceu qualquer esclarecimento, quer do Município, quer do Governo do Estado. Por este motivo, reitera-se solicitação de informes ao Prefeito de Curitiba, ao mesmo tempo em que, em requerimento paralelo, solicitar-se-á o envio ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, ao próprio Prefeito da Capital e ao Diretor do Departamento de Água e Esgotos, de cópias das notas taquigráficas da sessão em que o assunto foi debatido por esta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1971.

(a) Erondy Silvério."

Por este motivo reitero a solicitação de informes ao Prefeito de Curitiba, ao mesmo tempo em que requerimento paralelo solicita o envio de notas taquigráficas ao Governador, e apelo novamente ao Líder, para um problema que está afligindo de maneira desoladora e desesperadora a população de Curitiba. Necessário se torna que o Prefeito de Curitiba regulamente de uma vez por todas o Plano Diretor de Curitiba, no que diz respeito ao despejo das águas industriais.

E que o Governo do Estado, já que existe lei estadual, já que o Governo anterior foi teimoso e, por questões políticas deixou de fazê-lo, mas confiante no alto espírito público do atual Governo, para que transfira o acervo do Departamento de Água e Esgotos para o Município de Curitiba, que já tem condições administrativas; que já tem lei municipal que autoriza o recebimento desse acervo, e já tem até uma autarquia, criada por lei municipal, a CIANISA, para atender esses serviços.

No momento que o Serviço de Água e Esgotos passar para a égide do município, então a população curitibana terá, realmente, o serviço à altura do progresso que bem merece a gente curitibana.

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Iremos focalizar aqui, nestes cinco minutos, um tema, um assunto, muito sério e que reclama uma rápida modificação.

É o problema da criança desamparada, de Curitiba, em especial.

E pelo jeito que as coisas caminham, seríamos forçados a dizer que o Governo Leon Peres é contra a infância desamparada.

(Lendo): "Esta seria a maneira mais simples de qualificar o Governo do sr. Haroldo Leon Peres, pois ao invés de reforçar o amparo que deve ser dispensado à infância, está acontecendo exatamente o contrário.

No Instituto de Amparo do Menor, um novo e condenável sistema de internamento foi introduzido, estando sendo exigido que as mães, pais ou tutores deem às crianças, sem o direito de voltar a vê-las ou de ampará-las, se no futuro as coisas melhorarem. Aquêles que não quiserem doar as crianças internadas no IAM, terão que pagar a absurda taxa de Cr\$ 75,00 mensais. Como se trata de Instituto que ampara exclusivamente crianças oriundas de famílias sem condições financeiras, de mães que ficaram viúvas e que, conseqüentemente, têm que internar seus filhos para poderem trabalhar, esta medida é das mais desumanas. Uma mãe, trabalhando como empregada doméstica, por exemplo, jamais terá condições de retirar de seu mínguaço salário Cr\$ 75,00 para a mensalidade que agora vem sendo exigida pelo Instituto de Amparo ao Menor.

É ridícula esta medida que acaba de ser tomada por um órgão que pertence ao Governo do Estado.

Amparar a infância não é favor do sr. Leon Peres, é uma obrigação, pois para isto temos a Loteria do Estado, cuja finalidade é exatamente destinar recursos para o atendimento da assistência social.

Prender-se obrigar uma mãe a dar o seu filho, para nunca mais voltar a vê-lo, quando esta mãe devota grande sentimento àquele que é seu sangue, e adotar um sistema desumano que nega todos os princípios de estrutura familiar e afetividade cristã que sempre orientaram a administração pública brasileira, na condução do problema do menor desvalido."

Queremos, neste momento, lançar um apêlo ao sr. deputado João Mansur, ilustre e brilhante Líder do Governo e que tão bem representa o Governo nesta Casa, no sentido de que levasse ao sr. Governador Leon Peres, quem sabe até mesmo um grito de misericórdia, pois que cobrar Cr\$ 75,00 por mês, para poder internar uma criança, ou exigir que a mãe entregue, em definitivo, seu filho, mesmo aquela mãe que, não tendo amor pelo filho, é uma medida anti-cristã, que estamos denunciando neste momento.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não poderia, nesta oportunidade, deixar passar esquecido um acontecimento na próxima semana, no município de Londrina.

A juventude estudiosa deste Estado se movimenta em todos os municípios, nos preparativos para o Congresso da União Paranaense dos Estudantes Secundários, a ser realizado na cidade de Londrina. Infelizmente, por razões que não abordaremos neste instante, uma vez que o tempo é escasso, o governo deste País procura ofuscar os movimentos estudantis, procura

impedir a sua participação na vida nacional, procura evitar o ressurgimento de lideranças novas, que poderiam conduzir os destinos deste País num futuro próximo.

A importância do surgimento de líderes não pode ser desconhecida. Este País necessita de lideranças novas: este país precisa de líderes, sob pena de sofrer conseqüências desastrosas num futuro não muito distante.

Neste momento de novos rumos, intervalo de duas eras, é de importância fundamental o incentivo da juventude à procura de lideranças, à formação de líderes.

Se este país precisa de líderes, onde encontrá-los, como formá-los, senão com base profundamente cultural? Onde procurá-los, senão nos bancos de nossas escolas?

Os jovens precisam participar da vida nacional, os jovens, aqueles que desafiam os acontecimentos e encontram a alegria no jogo da vida. As derrotas os tornam fortes, as vitórias os tornam melhores.

A sua participação misturada com a experiência daqueles que já trazem os cabelos encanecidos pelo tempo, só pode ser altamente significativa, profundamente eficaz para os destinos deste país.

Hoje, procuram os estudantes secundários fazer com que o movimento ressurgja das cinzas, encontrando dificuldades de toda espécie, sem o amparo de quem quer que seja. Ainda ontem, recebemos um grupo de jovens que trouxeram a nós as preocupações da entidade representativa dos estudantes do Paraná. Porque encontram eles toda a espécie de dificuldades e não recebem o menor amparo que seja das autoridades.

Quero crer que a participação da juventude deste país, em vez de servir como meio para tumultuar a vida pública nacional, servirá, isto sim, para estimular, para engrandecer, para incentivar aqueles que já sentem, no marasmo de suas atividades, uma certa frustração pelos destinos no contexto político do país.

É difícil participar da vida pública, como nós, numa oposição restrita, numa oposição ofuscada por uma maioria, numa oposição que procura o seu engrandecimento enfrentando dificuldades de toda natureza.

E agora, o Congresso Nacional aprecia a Lei Orgânica dos Partidos que, uma vez...

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem um minuto para concluir sua oração.

O SR. ALVARO DIAS — ...uma vez mais, procura dificultar o trabalho da oposição, no seu desejo de fortalecimento para que haja um equilíbrio político que poderá trazer às Casas Legislativas a verdadeira vontade popular, porque hoje, com uma área imensamente maior que a outra no sentido de representação, não podemos, de forma alguma, enxergar aqui a vontade do povo representada. Vemos, isto sim, a vontade do Governo representada. Não somos nós que dizemos "à Arena cabe apoiar as iniciativas do Executivo. Realmente, hoje, assistimos este episódio — a Arena apoiando as iniciativas do Governo, e o MDB ofuscado em suas possibilidades, procura fazer o que pode.

É por isto que hoje viemos a esta tribuna, para levar aos Estudantes Secundários do Paraná nosso aplauso pelo esforço que demonstram, pela vontade imbatível de procurar formar lideranças novas, embora encontrem dificuldades de toda a espécie.

Não estamos acostumados a enaltecer ninguém pelo cumprimento do dever, porque o cumprimento do dever é uma obrigação; mas aqui, nesta tarde, comparecemos inclusive contrariando nossa norma de conduta, para enaltecer os estudantes do Paraná, sobretudo aqueles que, através da União Paranaense dos Estudantes Secundários, estão procurando reunir em Londrina, o Município que represento, a maior parte das lideranças estudantis de todos os cantos deste Estado.

Faço votos que, realmente, nesse Congresso de Estudantes, surja um

estímulo maior para sua participação na vida pública do Estado, carente de revigoramento, que poderá ser dada pelo poder jovem ao participar ativamente em todas as áreas, em todas as atividades, em todas as iniciativas. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre deputado Sebastião Rodrigues, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Quero ocupar por breves instantes a Tribuna, nesta tarde, para tratar de um assunto que a imprensa tem ventilado e que muito me tem preocupado.

Refiro-me ao sistema de comandos políticos. É sabido que, em todas as épocas, e em todos os lugares, a política sempre exerceu influência no preenchimento de cargos de administração. E embora isto seja verdade, também o é que sempre os responsáveis pelo governo têm negado esta influência, têm-se recusado a admitir que ela de fato exerça, que ela de fato exista.

No Paraná, no entanto, as coisas são diferentes. Fazem-se reuniões, promove-se uma divisão baseada numa geografia da imoralidade, concedendo-se um quinhão para cada político, indicar os nomes que ele deseja que venham ocupar os cargos na administração pública, direta, ou indireta, no âmbito daquelas regiões que a ele foram destinadas, obedecendo, às vezes, as razões de uma maior votação, e, às vezes, razões que não conseguimos mesmo atentar para ela.

Se trato deste assunto, se ele me preocupa, justamente é porque eu julgava, e quero crer, continuo julgando, que este período estava superado na vida do Estado do Paraná. Porque, o atual detentor do Poder Executivo neste Estado, repetidas vezes, em suas caminhadas pelo interior do Estado, disse, e todos que aqui comparecem, nesta tarde, por certo tiveram conhecimento das palavras de S. Exa., o Sr. Governador do Estado, pois elas foram publicadas, várias vezes, pelos órgãos da imprensa do Estado, e eu mesmo possuo, em meu arquivo, edições dos jornais desta Capital contendo palavras de S. Exa. o sr. Governador do Estado, dizendo que em seu Governo não haveria o sistema de comandos políticos.

Eu mesmo elogiei S. Exa., em minha campanha, valendo-me destas palavras de S. Exa., porque, de fato, eu considero o sistema de comandos políticos algo abominável, algo com que se dilua a autoridade governamental, porque ela fica distribuída em detrimento do maior poder que deve deter em suas mãos o Exmo. Sr. Governador do Estado.

Entretanto, após a posse de S. Exa., uma imprensa, uma parte da imprensa do Estado, vinha publicando, sistematicamente, a notícia de uma reunião no Palácio Iguacu, reunião para justamente tratar da distribuição destes comandos políticos, e não era uma imprensa, aquela imprensa que o Sr. Governador insiste em dizer que é hostil ao seu Governo. Era uma imprensa que não tem demonstrado hostilidade a S. Exa.

E eu tenho também os números destes jornais em minha residência, contando a estória dessas reuniões, narrando a evolução dos processos da distribuição dos comandos políticos. Então, eu me encontro nesse problema muito sério, porque se o Sr. Governador do Estado de fato distribuir esses comandos políticos, terei o direito de não mais acreditar em S. Exa., porque foi o próprio Haroldo Leon Peres quem proclamou, aos quatro ventos do nosso Estado, que em seu governo não haveria o sistema de comandos políticos. Consta-me que S. Exa. teria distribuído, através dos srs. Deputados, as respectivas zonas de influência de cada. Não tenho condições de afirmar...

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, quando S. Exa., o sr. Governador disser "sim", quer dizer

"não"; quando ele disser "não", quer dizer "sim". É este o sentido da definição política do atual Governador do Estado.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Quando eu disser "sim", será "sim"; quando eu disser "não", será "não". S. Exa. disse que não distribuiria os comandos políticos. E eu confesso congratulei-me com o Sr. Governador do Estado por aquêle pensamento. Porque se alguém detém o Poder, se alguém é de fato o governador do Estado, ao distribuir, ao delegar a outras pessoas o direito de preencher os cargos da administração pública, S. Exa. estará abdicando de seus poderes. Estará transformando os seus Secretários em meros cartorários, para averbar, para registrar a vontade de cada um dos beneficiários do caciquismo político. Quero que constem dos annaes desta Casa, estas palavras que são apenas palavras de antecipação daquilo que eu virei nesta tribuna dizer, ao se concretizar de fato, que foram distribuídos os comandos políticos. Porque ao assim proceder S. Exa. estará faltando com aquilo que proclamou a todo o Estado e eu terei o direito de não mais acreditar na palavra do Governador porque foi S. Exa. insisto nisso, quem disse a todo o povo que em seu governo não admitiria o sistema de comandos políticos.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Nobre deputado Sebastião Rodrigues, V. Exa. tem toda razão ao abordar este problema de comandos políticos. E o aborda com tanta propriedade. É realmente inadmissível e eu prefiro ficar do lado de V. Exa., não acreditando que isto venha a se verificar; uma vez que o Governador atual é indicado pelo esquema revolucionário.

A revolução propõe-se apresentar uma nova imagem da política e do político. A revolução, por si é revolução, ela foi feita contra aquêles que usavam a política através do processo retrógrado de comandos políticos. Nós nos lembramos muito bem o que derrubou certos políticos de outros tempos; foi este processo de mentalidade superada. E se isto acontecer haverá uma negação total dos princípios revolucionários de evolução da mentalidade política.

V. Exa. tem toda razão, não creio que isto aconteça e fico do lado de V. Exa. Acho que o Sr. Governador do Estado não permitirá sob pena de estar cometendo um delito contra o próprio processo revolucionário. Obrigado a V. Exa.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Agradeço o aparte de V. Exa. e o que eu mais estranho, que estes comandos políticos venham mesmo a ser distribuídos, o que eu mais estranho é que o Sr. Governador do Estado, que proclamou que com ele é que chegava a Revolução; tenha assim procedido, como bem acentua V. Exa. contrariamente aos propósitos da Revolução.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Nobre deputado Sebastião Rodrigues, o comando político, para mim, consiste numa involução histórica. Embora entendamos que a história caminha num ritmo ascensional, o Governo do Paraná procura retroagir. Comando político, para mim, é o mesmo que o sistema adotado antes de 1.930, onde prevalecia o coronelismo. Onde os políticos dos pequenos municípios se engalinhavam em lutas terríveis pelos comandos, pela predominância, pela liderança.

O comando político se não representa autenticamente aquêle sistema, pelo menos chega a se aproximar; isso nós observamos porque o comando político traz inúmeros problemas. Traz injustiças, provoca brigas; enfim, é um sistema anti-democrático. Se todo o poder emana do povo, apenas ao povo cabe outorgar comando, apenas ao povo cabe considerar este ou aquêle o seu líder autêntico. Não é o Governo que deverá determinar ser este ou aquêle o líder do povo, mesmo porque as lideranças se renovam e o elemento que foi eleito com votação maior num município, em dois ou três meses poderá ocorrer o contrário e ele poderá perder a sua liderança. Porisso liderança é coisa natural. Não se presenteia, não se outorga. Liderança se conquista através do trabalho, através da dedicação, através da verdadeira representa-

ção popular, com o objetivo voltado para o bem comum. Obrigado e parabéns a V. Exa., por trazer mais uma vez este tema, porque merece realmente vir à tribuna constantemente, para mostrar ao povo que não-concordamos com este sistema retrógrado, caduco e ultrapassado.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Agradeço o aparte.

O Sr. Emilio Carazzai — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Em parte, eu ficaria de acordo com S. Exa. o deputado Alvaro Dias. Mas, recordando a minha própria vida política, e não é para me engrandecer, gostaria de significar a S. Exa. que está entendendo mal o que se chama de liderança e comando político. Estou há vinte anos nesta Casa. Já estive na oposição e naquilo que chamam de liderança e comando político. Nunca exerci isto, nunca destitui alguém de um Grupo Escolar, nunca destitui um Delegado, nunca persegui aquele que, em campanha política, se voltou contra mim. Até acredito que tenho mais amigos adversários do que companheiros. Por companheiro já fui apunhalado, por adversários políticos, não. Discordo da opinião do deputado Alvaro Dias, nesta confusão que faz. Não me imiscuo nela. Há vinte anos tenho, eventualmente, tido comandos e lideranças. Nunca os exerci; jamais os exerci contra os homens de bem. E, graças a Deus, na minha região proliferam os homens de bem. Permito-me ficar cinco ou seis meses sem me apresentar a eles, porque estou aqui trabalhando por eles, como eles trabalham por mim. Não entendo esta coisa de liderança e comando. Não acredito nela e sim na conduta do cidadão. Quando S. Exa. diz que há perseguição, que há série de problemas, então eu fico estarrecido. Há uma exceção na minha vida política? Não pode haver. Para quem fica há vinte anos à frente do que chamam comando e liderança, deve haver outro motivo, não aqueles apresentados pelo deputado Alvaro Dias. É a conduta do cidadão. Nunca ocorreu conosco perseguir ao adversário. Pelo contrário. Então citaria Voltaire, quando diz: "Livrai-me dos amigos, que dos inimigos me defendo eu."

O Sr. Alvaro Dias — Respeito muito o deputado Emilio Carazzai e de forma alguma me dirigi a S. Exa. pessoalmente. No seu aparte deu a entender que nossas palavras foram dirigidas totalmente a S. Exa., o que, realmente, não aconteceu.

As notas taquigráficas poderão esclarecer devidamente o que afirmei que o comando político pode provocar a perseguição, pode trazer privilégios, etc.. Não afirmei, e não afirmaria, em hipótese alguma, que o comando político, obrigatoriamente, provoca perseguições...

O sr. Emilio Carazzai — Não aceitei a carapuça.

O sr. Alvaro Dias — ... de forma alguma solicitei o aparte a V. Exa., deputado Sebastião Rodrigues, para me dirigir ao nobre deputado Emilio Carazzai, a quem repito, mais uma vez, respeito e admiro, por sua atuação durante 20 anos, nesta Casa, e sobretudo, pela forma com que se conduz em relação aos adversários políticos. Porque, fora desta Casa Legislativa, ele procura sempre olhar o amigo, não o adversário político.

Desta forma, se o ofendi, foi sem querer, se o ofendi, minhas escusas. Mas não retiro sequer uma palavra daquilo que pronunciei anteriormente em meu aparte. Porque, realmente, não podemos discutir que o sistema de governar o nosso Estado é de comando político.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Agradeço o aparte dos nobres deputados Alvaro Dias e Emilio Carazzai. E quero, neste momento, dizer que acredito haver interpretado o pensamento do nobre deputado Alvaro Dias, o pensamento de S. Exa. quando se referia aos comandos políticos o fez em tese.

Mas, nobre deputado Emilio Carazzai, estou plenamente de acordo com V. Exa. quando diz que não teve, não tem, e jamais teria, necessidade desse sistema, mesmo porque um homem do porte de V. Exa., jamais teria necessidade de um sistema de perseguição para entrar na vida pública.

Entretanto, nobre Deputado, o sistema de comando político propicia

perseguições e eu sei que V. Exa., deputado Carazzai, jamais se valeu disso, mas outros homens públicos têm se valido desse sistema e nós vemos, pelo Paraná afora, diretoras, delegados, sob o jugo das lideranças políticas: "ou faz o que o líder político quer, ou é removido".

E é isto que precisa terminar, não o sistema que permite isso.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, estou plenamente de acordo com V. Exa... Acho uma imoralidade, na vida pública, o sistema de comando político. Fui líder do Governo anterior, Presidente e Secretário desta Casa, e aqui ao meu lado se encontra o ex-Secretário de Educação e Cultura, para dizer que jamais pedi substituição de diretora de estabelecimento de ensino, de delegado de Polícia, de suplente de Polícia.

Nunca me aproveitei desses artifícios, nobre Deputado, destes meios, para obter a simpatia do eleitorado paranaense.

Mas, também quero dizer a V. Exa. que isto não é apanágio da Aliança Renovadora Nacional, porque no Estado da Guanabara, por exemplo, onde o comando político é exercido pelo Movimento Democrático Brasileiro, só têm direito os deputados do partido de V. Exa. Essa é uma sequência natural da vida pública.

Sou contra, em tese, aos comandos políticos, sou contra que um deputado interfira nos estabelecimentos de ensino. Mas, às vezes, torna-se necessário. É preciso que V. Exa. faça essa ressalva. Porque nem sempre as diretoras de estabelecimentos de ensino são anjinhos, muitas vezes perseguem professoras, muitas vezes, determinam exigências absurdas para as crianças. Aqui em Curitiba, existia uma diretora de um estabelecimento de ensino que exigia que os abrigos das crianças fossem de cor azul. Então, quando chegava o inverno — e esse estabelecimento estava situado num bairro pobre de Curitiba — as crianças com abrigos de outra cor que não a azul, não podiam usá-los e tinham que enfrentar as inclemências do inverno apenas com o vestidinho e com o aventalzinho branco.

Essa diretora era prestigiadíssima pelo Secretário de Educação da época e não houve quem convencesse — eu exercia a função de Vereador e fiz diversos protestos, apelos de toda sorte — a diretora a revogar a sua absurda ordem, nem o sr. Secretário de Educação a substituiu-a.

Então, às vezes, é necessário que a ação do deputado, a favor do povo, se faça sentir, principalmente nos municípios em que vitorioso nas urnas e em que tem a responsabilidade e o dever de atender os justos reclamos da população.

Portanto, o comando político, da forma que V. Exa. está pintando, sou contra, mas deve existir um predomínio do Deputado, seja ele da ARENA ou do MDB, nos municípios em que venceu as eleições e deve por cobro às irregularidades, todas as vezes que praticadas por autoridades locais, principalmente delegados de polícia, que, muitas vezes, violentam, matam, espancam as pessoas indefesas.

É necessário que o Deputado esteja ali, em defesa da população.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Concordo plenamente com V. Exa. e me situo ao seu lado na crítica ao sistema, em tese. Porque entendo, que todo Deputado tem, de fato, a responsabilidade de zelar para que a administração pública siga pelo bom caminho. A crítica não deve ser privativa de um Deputado de uma região. A crítica do deputado de uma região deve ser, obrigatoriamente o único corretivo para a situação do funcionário público que não corresponde às suas responsabilidades na região em que atua.

Entendo que a crítica a ser ouvida pelo Governo, deve ser a de todos os Deputados, atendido, evidentemente, o aspecto da procedência daquilo que se critica. Isso penso, porque tenho acompanhado, sobretudo nas condições de político do interior, o jogo que se faz com os delegados de polícia.

Isso que V. Exa. citou aí, de delegado incompetente, de delegado arbitrário, não tem sido, verdadeiramente, um móvel, na situação desse delegado,

desde que ele exerça arbitrariedades em benefício daqueles que mantêm o mando político. Essa é uma observação de político do interior.

É evidente que na área em que V. Exa. faz política, não ocorrem com a mesma intensidade do que no interior. Curitiba é a Capital do Estado, e fatos lamentáveis que ocorrem quotidianamente no interior, aqui não acontecem.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Apenas para acrescentar a V. Exa. e procurando dar um modesto subsídio ao discurso de V. Exa., no sentido de ficar também registrado que segundo nós soubemos, através de informações da imprensa e conhecimento próprio, na Guanabara o MDB dá ampla participação à ARENA, não só com cargos na Mesa da Assembléia Legislativa, como na própria administração do Estado. E em outros Estados, como por exemplo, Rio Grande do Sul, os cargos, principalmente no Legislativo, também são quase que divididos. De modo que temos a impressão que não se generaliza no Brasil esse costume adotado no Paraná.

Com relação ao aparte do nobre deputado Emilio Carazzai, tomamos a liberdade, no sentido de que fique bem esclarecida a sua intenção.

Como entendemos perfeitamente citamos, não para consolo de S. Exa. porque não precisa de consolo, mas para que se veja como ainda hoje vivemos nos velhos tempos da política do século passado o que Rui Barbosa costumava dizer em seus discursos: "Amigos e adversários políticos muitas vezes estão em posições trocadas. Uns querem-nos o bem e fazem-nos o mal, outros desejam-nos o mal e acabam fazendo-nos o bem". Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Agradeço. Feitas estas considerações, que mereceram vários apartes, sobre o sistema de comandos políticos, tenho a dizer que a parte principal do meu discurso é aquela que se refere as declarações de S. Exa. o sr. Governador do Estado, de que em seu governo não haveria mais tal sistema.

É isto que quero ver se vai ser verdade. Não posso conceber que alguém que se dizia dono de um edifício, torne-se síndico de seu condomínio. Na verdade o sistema de comandos políticos é a diluição da autoridade do Governo em um condomínio. O sr. Haroldo Leon Peres disse que era dono do edifício, quero ver se vai terminar sendo o síndico de seu condomínio. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Para economia de tempo venho, justamente, na hora do Grande Expediente, para evitar que tivesse de dizer alguma coisa por ocasião da votação do projeto em Redação Final que concede o título de Cidadão Honorário ao poeta Liberalino Estevam.

Justifico porque apresentei este projeto que é o único que apresentei, desta natureza, nesta Casa.

Liberalino Estevam nasceu em 1925, em Fortaleza, Ceará; lavrador de mãos, calosas aprendeu as primeiras letras com sua mãe; aprendeu espontaneamente a fazer seu coração falar; autodidata firmou-se como poeta do povo; vive em Curitiba há 20 anos e segundo suas próprias palavras jamais pensa em abandonar esta cidade.

Podemos dizer que Liberalino é o poeta do povo pela facilidade com que se exprime, pela espontaneidade de seus versos; Liberalino não vive, como certos poetas, ilhado em torre de marfim, mas mistura-se no meio do povo sentindo o suor dos que trabalham fisicamente, sentindo o esforço e a dedicação dos que trabalham mentalmente; Liberalino faz um traço de união entre aqueles que lutam, que suam no trabalho físico e aqueles que engrandecem a raça com o trabalho mental. Este traço de união forma

uma grande força de benefício do próprio poeta. É o poeta da comunicação social, é o intérprete real da poesia popular brasileira.

Neste processo de comunicação social, espondendo o sentimento do coração, Shakespeare e Chateaubriand vivem ainda hoje na memória do povo.

No Brasil, temos por exemplo Catulo da Paixão Cearense, cujas modinhas são cantadas, cujos versos são cantados até os tempos presentes. Camões, por exemplo, que morreu há tantos e tantos anos, é lembrado constantemente não apenas na escola, mas em toda a parte, como poeta da expressão popular.

"Cessa tudo quanto a musa antiga canta, quando o poder mais alto se levanta".

São astros de uma beleza extraordinária, cantadas perenemente pelo povo, apesar de ficar lá no pretérito durante tantos e tantos anos atrás, o nosso sempre lembrado Camões.

Por este motivo, Liberalino, cearense de nascimento, merecia o título de Cidadão Paranaense. Há vinte anos que está no Paraná, escrevendo versos, as suas populars diariamente na Gazeta do Povo, são um encantamento para todos aqueles que as lêem. E tem uma característica toda especial, o Liberalino, é um poeta que ganha da poesia.

Nós tivemos não há muitos anos, um leilão em benefício de certa entidade, e por incrível que pareça, surgiu um soneto de Liberalino Estevão posto no leilão, e arrematado há 4 anos atrás, por 400 contos. Somente um poeta de grande expressão, poderia ter a grande satisfação de vir a disputar o leilão de sua poesia. Por este motivo, é que nós apresentamos este projeto e vemos com satisfação a sua aprovação, dentro de poucos minutos na sua redação final.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o orador inscrito, sr. deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente e srs. Deputados.

De conformidade com o protesto que registramos nos anais da Casa, quanto a uma referência desabonadora aqui feita, à liminar concedida no Mandado de Segurança impetrado por Deputados desta Casa, inclusive, ao seu ilustre prolator, pelo nobre deputado Wilson Brandão, cuja ausência nesta sessão, lamentamos, pretendemos nos cingir a este assunto, embora o façamos constrangidos, mas embora também anteriormente tivéssemos feito no tocante a esta matéria mais de um pronunciamento colocando-na em seus devidos termos; isto é que é assunto para o qual foge a nossa competência porque se trata de matéria "sub judice". Tantas e tantas vezes porém, ouvimos alusões ferinas, sistematicamente ferinas à liminar desse Mandado de Segurança que nós nos vemos forçados a abordar a matéria, muito a contragosto. Principalmente para que amanhã, não se diga que tacitamente teríamos concordado com essas alegações nesta Casa.

Vejam, srs. Deputados, que nos dias presentes, talvez nenhuma matéria chamasse tanto a atenção mundial, como a em curso atualmente nos Estados Unidos, indiscutivelmente a maior Democracia, uma das maiores democracias do Globo, entre o Poder Executivo, a Imprensa e o Poder Judiciário. E o que nos temos visto, senhores? De um lado a Presidência da República, valendo-se de seu direito de requerer, de peticionar em juízo; de outro lado, a imprensa firme em seus propósitos de publicar altos segredos de Estado; e no meio disso, o Poder Judiciário, aplicando a Lei; ora suspendendo as publicações, ora denegando ao Governo da União, a preterição esposada em juízo, pelo mesmo.

A Suprema Corte dos Estados Unidos, prepara-se para uma decisão definitiva dessa matéria. Mas o exemplo que nos cabe observar neste momento, é o respeito com que se faz tudo isso; com que se debate em favor

da liberdade de imprensa; com que o Poder Executivo pleiteia as restrições para estas publicações. E a inegável soberania do Poder Judiciário, decidindo em diversas petições, de acordo com o convencimento de cada juiz. O povo atento, acompanhando o desenvolvimento dessa matéria, participando dos problemas e por outro lado, enquanto o Poder Judiciário defere à imprensa, o direito de fazer as publicações, recebe e dá acolhida às representações do Governo, processando aqueles que indevidamente levaram os fatos ou transmitiram matéria considerada segredo de Estado. E isso o que é? Isso é Democracia. Portanto, causa espécie, srs. Deputados, que o fato de existir pendente matéria desta Casa no Poder Judiciário, possa causar mal estar a alguns dos Deputados.

Aqui referências foram feitas no sentido de que no mandado de segurança impetrado por oito Deputados da Casa, todos pertencentes ao MDB, o íntegro desembargador Henrique Dorfmund teria deferido uma liminar suspendendo, em seus efeitos, a vigência da emenda constitucional número 3, sem base probante e sem que constassem dos autos as provas necessárias. E foi o que se afirmou desta tribuna de que o culto Juiz teria se valido de informações facciosas de determinado órgão da imprensa. Afirmou-se, portanto, que teria sido temerária esta decisão.

Não é verdade, sr. Presidente e srs. Deputados, primeiramente porque o mandado de segurança não foi somente instruído com informações do jornal a que se imputou facciosismo, que no caso é "O Estado do Paraná", diga-se de passagem, sem desmerecer os demais, um dos órgãos de maior prestígio dentro da imprensa paranaense. E, para que isto se afirme, basta que se tenha conhecimento da circulação, do número elevado de tiragem diária deste jornal e a sua divulgação em todo o Estado, em todo o interior do Paraná, além da Capital, além de sair das fronteiras do Estado.

Este mandado de segurança, segundo já consta dos Anais da Casa, foi instruído com copiosa documentação, quase toda ela oriunda desta Casa e das certidões que se pediu no final do petítório e que tem servindo para que aqui se venha tergiversar, nesta tribuna, em torno das mesmas. Estão todas elas consubstanciadas hoje nos ns. 2593, 2594, 2595, 2596, 2597 e 2598 do Diário da Assembléia. O que se encontra no "Diário da Assembléia" é a matéria que foi publicada no "O Estado do Paraná" e em outros órgãos da imprensa. Portanto, afirmar-se que é faccioso o órgão da imprensa que publicou tal matéria, é o mesmo que se atribuir falsidade ao "Diário da Assembléia".

Uma ou duas únicas observações foram feitas por nós quanto às certidões fornecidas em nosso requerimento de aditamento ao requerimento de 31 de maio de 71. Mas é preciso que fique bem claro que neste requerimento feito em 31 de maio de 71, já existia, como existe e se encontra nos autos do mandado de segurança, despacho da douta Mesa. "Recebido e despachado para atender", com rubrica e autenticação da Mesa, além da assinatura do Deputado que o subscreveu.

Portanto, se a Mesa mandou para atender, presume-se que o requerimento é fundado. Se o requerimento fôsse infundado, se o que se pedia aqui fôsse inverdade, a Mesa teria indeferido o requerimento.

O que se disser em contrário é pura tergiversação.

Por outro lado, o próprio Supremo Tribunal de Justiça, ao cassar a liminar pela ilustre pena de seu eminente Presidente, sr. ministro Aliomar Baleeiro, não fez referência alguma à prova desse mandado de segurança. Mas, única e exclusivamente, ao aspecto político que vertia no entendimento da excelsa Corte desta questão.

Disse o ilustre Presidente: "Trazia a risco de lesão grave à ordem e à segurança pública, além de comoção política de consequências ilimitadas, talvez nacionais, para propagação total, sem que isso fôsse contrabalanceado pelos possíveis males da execução da emenda paranaense n. 3".

Então, se vê, sr. Presidente, srs. Deputados, que, prudentemente, por-

que ainda está pendente de pronunciamento o mandado de segurança no seu mérito, o Supremo Tribunal Federal nenhuma referência fez à prova que acompanhou a petição inicial. Prova essa composta além dos Anais da Casa, de elementos fornecidos pelos impetrantes e que se encontram junto aos autos. O que nos leva a acreditar que se ela tivesse sido devidamente examinada, não teríamos de suportar, em Plenário, afirmações que, em absoluto, condizem com a verdade, como essas que foram feitas, desta tribuna, e que aqui nós estamos para contestá-las, como de fato as contestamos.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Muggiati Filho, V. Exa. se refere — estou certo — a pronunciamento feito há dias atrás, nesta Casa, pelo nobre deputado Wilson Brandão.

O SR. MUGGIATI FILHO — Foi o que disse no início de meu discurso.

O sr. Sebastião Rodrigues — ... a valer a colocação do problema feito por aquele nobre Deputado da ARENA, teríamos nós, também o direito de interpretar a decisão de S. Exa. o sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal como uma decisão política.

É evidente, e todos temos conhecimento disto, que S. Exa. o sr. Governador ao interpor recurso junto à magna Corte de Justiça do País, precedeu a entrada do recurso — como seria natural aliás — de entendimento feito na área política, inclusive com o sr. Ministro da Justiça, assessorando-se antes de interpor o recurso.

Então, a prevalecer o entendimento do nobre deputado Wilson Brandão, de que a decisão que concedeu a liminar, aqui no Tribunal de Justiça de nosso Estado, foi uma decisão política, teríamos nós, do MDB, o direito de interpretar da mesma forma a decisão do Supremo Tribunal Federal. Entretanto, o que desejo aqui dizer, é que nós não fazemos assim, porque discordamos da colocação do problema feito pelo nobre deputado Wilson Brandão, nós entendemos que a decisão da Justiça do Paraná foi uma decisão proferida por um Desembargador ilustre, por um homem da Justiça, que nos merece o maior respeito, da mesma forma que a decisão que cassou a liminar subscrita pelo eminente jurista e Presidente do Tribunal Federal, Aliomar Baleeiro, também foi uma decisão da Justiça, feita segundo o entendimento jurídico de S. Exa.

Respeitamos a decisão do Presidente do Supremo Tribunal, da mesma forma que respeitamos a decisão do ilustre Desembargador que no Paraná concedeu a liminar.

Esse é o aspecto da justiça, merece nossos aplausos e nossos respeitos, porque o dia que nós desacreditarmos da Justiça, não teremos mais o que fazer na vida pública.

V. Exa. situou muito bem o que ocorre nos Estados Unidos, um verdadeiro espetáculo de democracia, de respeito, que nos orgulha e até podemos dizer mesmo, nos causa inveja. Respeitamos a decisão do Presidente do Supremo Tribunal, como queremos que seja respeitada a decisão do Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Ambos fazem parte de uma máquina da justiça, que merece nosso respeito e nossos aplausos.

Muito obrigado pelo aparte.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. deputado Muggiati Filho, em que pese ter V. Exa. afirmado repetidas vezes que não pretende abordar a nova Constituição, porque ela se encontra sob apreciação judiciária, o que estamos vendo é exatamente o contrário. V. Exa. assoma a tribuna e volta a insistir no assunto, ue a própria ARENA, que os Deputados da própria ARENA têm procurado evitar.

O SR. MUGGIATI FILHO — Estou respondendo a um Deputado da ARENA.

O sr. Armando Queiroz — ... V. Exa. há de convir que depois que o Supremo Tribunal Federal cassou a liminar, nenhum Deputado da ARENA — e poderiam tê-lo feito — foi à tribuna...

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. está enganado:

O sr. Armando Queiroz — ... pelo menos para ler a decisão do sr. Ministro Aliomar Baleeiro e mesmo o parecer do sr. Procurador Geral da República; o que me lembro, sim, é que foi à tribuna um Deputado que fez críticas ligeiras sobre o episódio...

O SR. MUGGIATI FILHO — E pesadas.

O sr. Armando Queiroz — ... Talvez pesadas, mais ligeiras.

Mas, não posso deixar de apartear V. Exa., porque se afirmou agora que um Deputado da ARENA teria afirmado que a medida liminar foi concedida baseada unicamente em recortes de jornais. Isso, quem afirmou fui eu. Quando fiz a análise da petição inicial, quando fiz um estudo sobre a decisão, afirmei isso, e V. Exa. me concedeu um aparte naquela ocasião, para dizer que além de exemplar do jornal "O Estado do Paraná" também teria sido juntado um exemplar da "Folha de Londrina".

E o que me causava espécie naquela ocasião, não era o mandado de segurança em si, porque é uma medida perfeitamente aceitável, para corrigir danos.

O que me causava espécie é que, para se provar aquela irregularidade, fôsse preciso se pedir a esta Casa, prova evidente de que ela não existia como elemento do processo. Não podia entender como se possa conceder uma liminar de tamanha importância, em assunto tão sério sem que, pelo menos, se fizesse prova daquela irregularidade.

Isto afirmei da tribuna e reafirmo agora. Não tenho nada para lhe dizer. Mas, com relação à decisão do Supremo de que sequer ter a abordado a falta de prova é óbvio que, vindo de um fato maior, de uma lesão tão grave como o próprio Supremo aponta, não iria descer a detalhes para justificar a cassação da liminar.

Era isto que queria dizer. Afirmei e reafirmo que também disse isto, que a medida liminar foi concedida unicamente baseada em recortes de jornais.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para lembrar que por ocasião da decisão do Tribunal de Justiça concedendo liminar ao mandado de segurança impetrado pelo MDB, nenhum Deputado da nossa bancada, pelo que estamos lembrados, foi à tribuna para tecer comentários ou para vangloriar-se da decisão do Tribunal com respeito à própria bancada da ARENA e também com respeito à decisão daquele Tribunal.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Recordo que o ilustre líder da bancada do Movimento Democrático Nacional, desta tribuna, leu, para que constasse dos Anais da Casa, os termos do mandado de segurança e aproveitou o ensejo também para fazer a leitura dos termos da liminar concedida por S. Exa. o sr. Desembargador.

Pura e simplesmente a bancada da ARENA — a leitura foi feita no Grande Expediente — não suscitou qualquer polêmica que pudesse em qualquer instante ferir suscetibilidades ou melindres, não aparteu o ilustre líder do MDB. Veja como a bancada da ARENA portou-se com altivez, a verdade precisa ser dita. Quando da ocasião da liminar tive a oportunidade de, capeando um requerimento, solicitar da Presidência a transcrição nos Anais da Casa dos termos das nossas informações, anexando o arrazoado do sr. Procurador Geral da República e do despacho do sr. Presidente do Supremo Tribunal, que cassava a liminar, sem comentários, sem adonamento para que o assunto ficasse como está, "sob judice", já nas mãos do Judiciário para, numa 2a. instância, nós que somos a Casa Política, nos curvamos ao desejo da lei.

Que não se diga que a bancada da ARENA, em qualquer momento, tenha pretendido vilipendiar, provar ou suscitar qualquer diálogo menos respeitoso nesta Casa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o aparte. Gostaria, no entanto,

de acentuar uma vez mais, que não fiz referência à bancada da ARENA, fiz referência, no início a um discurso que foi a reiteração de outros dois discursos também feitos pelo mesmo deputado em termos os mais violentos possíveis, o qual vim responder desta tribuna por considerar que a passividade ante tal fato poderia implicar num consentimento tácito de uma matéria que não poderíamos aceitar e sim repudiar e exigir um pronunciamento nosso. Por isto, a contragosto, viemos à tribuna.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MUGGIATI FILHO — Com permissão do nobre líder queria apenas acrescentar ao deputado Armando Queiroz, que ao fazermos referência a jornais no aparte a S. Exa. estávamos, única e exclusivamente, visando a prova feita através de jornais, sem fazer alusão às demais provas existentes no bojo dos autos porque entediávamos, naquele momento, que S. Exa., o nobre deputado Armando Queiroz, tivesse conhecimento de que além dos jornais foram incluídos ao pedido inicial outros documentos, inclusive o pedido dessas certidões que encaminhamos em mãos ao senhor lo. Secretário da Casa, anteriormente ao pedido de mandado de segurança, certidões estas, que julgamos de grande importância. Vimo-nos a ponto de solicitar um aditamento, eis que não nos satisfiz em parte, o texto dado pela mesa a estas certidões.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Realmente, tomei conhecimento dos requerimentos endereçados à Comissão Executiva, pedindo certidões. Mas estas certidões, sr. Deputado, ao que eu sei, estou seguramente informado, elas só foram fornecidas, acompanhando as informações prestadas pela Comissão Executiva ao mandado de segurança. O que havia sim, era um requerimento do MDB, pedindo determinadas certidões, que só foram fornecidas depois da concessão da liminar.

O SR. MUGGIATI FILHO — Este requerimento, serviu para instruir o pedido de mandado de segurança, além das demais provas, junto com o despacho da mesa, que autentica e referencia o requerimento, e V. Exa. a quem presto as minhas homenagens, como um dos grandes advogados que conheço, sabe bem melhor que eu, de que é da praxe forense quando se ajuza mandado de segurança, das certidões que não nos sejam fornecidas no tempo necessário para impetrar um mandado de segurança, são requisitados, porque se fossemos esperar que a Mesa nos fornecesse as certidões, teríamos que aguardar um mês para impetrar o mandado de segurança. A lei então prevê estes casos, e tanto assim é, que concede aos impetrantes, o direito de requerer através da própria justiça, a requisição. Concederei agora o aparte ao nobre líder da minha bancada.

O sr. Nivaldo Krüger — Abro mão do aparte, e solicitaria a V. Exa. que concluísse o brilhante discurso que vem proferindo da tribuna, pois o tempo de que dispõe é mínimo...

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado. O deputado Armando Queiroz teria alguma coisa mais a acrescentar?

O sr. Armando Queiroz — Realmente, gostaria, nobre Deputado. Só para repetir, o que estranho, e o que me causa espécie, foi a concessão de uma liminar, sem que os elementos probantes estivessem anexados.

Eu não me revoltou contra o mandado porque mandado é um remédio normal...

O SR. MUGGIATI FILHO — Opinião de V. Exa., que respeito, mas da qual discordo, por achar apenas que isso não dá o direito, a ninguém para auferir da integridade moral do desembargador relator. Então, quero deixá-lo registrado aqui, porque inclusive nós não devemos esquecer que os deputados são invioláveis, como diz a Constituição, em seu art. 12, no exercício do seu mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo, nos casos de injúrias, difamações, ou calúnias. A própria Constituição prevê que nos crimes comuns, os deputados serão submetidos a julgamento perante o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado. Portanto, esta tribuna, as imunida-

des que o diploma nos concede, não nos dá o direito de atirar a injúria, a calúnia ou a difamação, contra quem quer que seja.

É contra isso que estamos aqui, para fazer o nosso protesto. E é em favor de uma democracia que dá pleno e livre desenvolvimento às idéias, do poder julgar, do direito de pedir e do livre convencimento de cada um, que nos batemos. Seja qual fôr a decisão final do egrégio Tribunal do Estado e do Supremo Tribunal Federal, ela será por nós acatada e respeitada, porque se não fôr assim, não teremos aquilo que todos nós almejamos, que é dever dentro de um regime democrático, onde impera o direito, onde impera o respeito, onde impere a justiça.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao sr. 1.º Secretário que proceda a leitura da Mensagem 17-71, Mensagem Governamental, encaminhada a esta Casa.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê a Mensagem 17-71, constante do Expediente).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação e a honra de anunciar a presença do nobre deputado federal Túlio Vargas.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso, distribuído aos srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 27-68, que dá nova redação ao Art. 26, do Regimento Interno, mantendo o seu parágrafo único. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 27-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — O art. 26, do Regimento Interno, mantido, o seu Parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26 — O Presidente da Assembléia não poderá votar, exceto nos casos de empate ou nos de escrutínio secreto”.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

a) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Redação Final — do Projeto de Lei n. 39-70, fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Poeta Liberalino Estevam. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n. 47-70, que autoriza o Poder Executivo, a criar, sob regime de Fundação, uma Escola Técnica destinada à Aprendizagem Industrial, e dá outras providências. — **Aprovado**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 47-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O Poder Executivo fica autorizado a criar, sob regime de Fundação, uma Escola Técnica destinada à aprendizagem industrial.

Art. 2.º — A Escola se constituirá de um ginásio técnico industrial e de cursos de aprendizagem que mais correspondam à necessidades do mercado de mão de obra especializada.

Parágrafo único — O curso ginásial técnico industrial terá a duração de quatro (4) anos e os cursos de aprendizagem de um (1) a três (3) anos.

Art. 3.º — O Ginásio e os cursos de que trata esta lei poderão ser feitos mediante o regime de internato, semi-internato e externato.

Art. 4.º — O regime financeiro e didático da Escola será fixado de acordo com a legislação correspondente e devidamente regulamentado pelo Poder Executivo e Regimento Interno.

Art. 5.º — O Poder Executivo baixará os atos que forem necessários ao Cumprimento desta Lei.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-6-71

a) Cândido Manoel Martins de Oliveira — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Wilson Brandão

Redação Final — do Projeto de Lei n. 268-70 — Mensagem n. 33-70, cria no Quadro Único de Pessoal da Penitenciária de Mulheres, os cargos em Comissão, na forma e como especifica. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 151-70, de autoria do dep. Wilson Fortes, que declara de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais de Cambará. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 101-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 14-71, encaminhando anteprojeto que dá nova redação ao artigo 9.º da Lei n. 5.982, de 4 de agosto de 1969. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 165-70, de autoria do dep. Túlio Vargas, fica denominado São Jorge do Ivaí, o atual Município de São Jorge. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 165-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Passa a denominar-se São Jorge do Ivaí o atual Município de São Jorge.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de julho de 1970.

a) Dep. Túlio Vargas

JUSTIFICAÇÃO

A mudança de denominação do atual Município de São Jorge, para São Jorge do Ivaí, é reivindicação do seu povo, traduzida pelos seus representantes na respectiva Câmara Municipal, ao Chefe do Poder Executivo da referida comuna. Este projeto apenas consubstancia a aludida reivindicação, expressa pelo Sr. Prefeito de São Jorge e Legislativo local, nos expedientes anexos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N. 165-70

AUTOR: Dep. Túlio Vargas

SÚMULA: Denomina São Jorge do Ivaí o atual Município de São Jorge.

PARECER

1) A Proposição em tela vem articulada e justificada, nos termos em que dispõe o Regimento Interno.

2) A mesma não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

3) Quanto à sua oportunidade, nada a opor.

Nestas condições, somos pela sua aprovação.

E o parecer:

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Cândido Martins de Oliveira

Muggiati Filho

Igo Losso

Artur de Souza

Emílio Carazzzi

Sebastião Rodrigues Júnior

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado **Fuad Nach**, constante do Expediente, solicitando voto de louvor à classe de telefonistas de todo o Brasil. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado **Fuad Nach** constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. **Mozart Felismino Soares**. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado **Ivo Tomazoni**, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n. 101-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado **Igo Losso**, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao sr. **Omar Sabbag**, pela sua brilhante atuação frente à Prefeitura Municipal de Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado **Erondy Silvério**, lido na Tribuna, solicitando sejam enviadas cópias de notas taquigráficas aos srs. Governador do Estado, Prefeito Municipal de Curitiba, e Diretor do Departamento de Água e Esgotos, da recente sessão Plenária que abordou assunto no qual transferia à área de competência municipal a manutenção e ampliação dos serviços de Água e Esgotos de Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado **Erondy Silvério**, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de que sejam dadas informações várias. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado **Erondy Silvério**, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de serem fornecidas informações várias, abordando problemas que possuem graves implicações regionais, embora de órbita municipal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado **Nivaldo Krüger**, constante do Expediente, solicitando seja enviada cópia de relatório ao sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que sejam sanadas as necessidades de ensino em Guarapuava. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado **Nivaldo Krüger**, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao sr. Governador do Estado no sentido de que seja prorrogado por mais 60 dias o prazo para recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado **Domicio Scaramella**, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Presidente da Copel, no sentido de que se determine, com a maior brevidade possível, a ligação da linha de transmissão que levará energia da sub-estação da Copel de União da Vitória até a cidade de Porto Vitória. — **Aprovado.**

* Requerimento de autoria do sr. deputado **Jorge Sato**, constante do Expe-

diente, solicitando seja encaminhado expediente ao sr. Diretor Superintendente da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, Café do Paraná, no sentido de serem tomadas medidas urgentes com vistas a reformular a política de distribuição de sementes de algodão, primando por uma melhor qualidade. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.os 52-70, 100-70, 101-71;
2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 165-70;
1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 200-70.
Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N. 388-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 4.343, de 25 de junho de 1971, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Gerson Nemes, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1970, a partir de 05 de julho de 1971.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de Junho de 1971.

a) DORIZON SALGADO BUENO — Diretor Geral.

PORTARIA N. 389-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob n.o 4.206, de 23 de junho de 1971, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar o afastamento, sem ônus para esta Assembléia Legislativa, no período de 11 a 16 de julho de 1971, do funcionário Fernando José Puppi, nos termos do § 2.o do Art. 52, da Lei n.o 6.174, de 16 de novembro de 1970, a fim de participar do XII Congresso Brasileiro de Cirurgia, no Estado da Guanabara.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de Junho de 1971.

a) DORIZON SALGADO BUENO — Diretor Geral.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 8.a SESSÃO ORDINÁRIA

As dezesseis horas e quarente e cinco minutos, do dia dezesseis de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, após o término da Sessão Plenária, na Sala de Reuniões, da Divisão das Comissões reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do senhor deputado Wilson Brandão, presentes os senhores deputados: Sebastião Rodrigues Júnior, Gilberto Carvalho, Acyr José Emilio Carazzzi, Igo Losso, Cândido Manoel e o Senhor Assessor, Doutor José Maria Zanardini de Camargo. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da 7.a Sessão Ordinária, após requerida dispensa de leitura, pelo senhor deputado Gilberto Carvalho. Nada constando da Hora do Expe-

diente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 5-71, de autoria do senhor deputado Xenofonte Villanueva. Transfere ao DER, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Pérola a de Iporã. Relator deputado Acyr José Parecer: favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 7-71, de autoria do senhor deputado Ivo Tomazoni. Doa à Prefeitura Municipal de Enéas Marques, o equipamento elétrico que especifica, de propriedade do DAEE. Relator deputado Acyr José. Parecer: favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 13-71, de autoria do senhor deputado Francisco Escorsin. Cria, na cidade de Ubiratã, município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir de 1972. Relator deputado Emílio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 16-71: de autoria do senhor deputado Quiélse Crisóstomo da Silva. Autoriza o P.E. transferir para a responsabilidade do DER, a conservação das estradas Astorga-Jaguapitã, passando pelos distritos que especifica. — Relator deputado Emílio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 17-71: de autoria do senhor deputado David Federmann. Dá nova redação ao art. 11, da Lei n.º 6.120, de 1.7.70, e ao artigo 139, da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970. Relator deputado Gilberto Carvalho. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N.º 26-71: de autoria do senhor deputado Fabiano Braga Côrtes. Autoriza o P.E. doar à Fundação de Recuperação do Indigente — FREDI, um terreno com área de cinco alqueires paulistas, localizados em Campo Magro, Município de Almirante Tamandaré. Relator deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 34-71: de autoria dos senhores deputados Paulo Poli e Wilson Fortes. Cria uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do município de Barra do Jacaré. Relator deputado Acyr José. Parecer: favorável. Voto vencido do senhor deputado Cândido Manoel. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N.º 37-71: de autoria do senhor deputado Igo Losso. Autoriza o P.E. conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 a Palmiro Ferreira. Relator deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável com substitutivo. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N.º 44-71, de autoria do senhor deputado Emílio Carazzai. Autoriza o P.E. conceder pensão mensal de Cr\$ 80,00, a cada uma das trigêmeas, Gisele, Gislene e Gisleide Muniz, nascidas nesta Capital em 23.3.71. Relator deputado Acyr José. Parecer favorável. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N.º 57-71: de autoria do senhor deputado Quiélse Crisóstomo da Silva. Autoriza o P.E. criar na sede do município de Colorado, um Curso Científico para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator deputado Emílio Carazzai. Parecer: favorável. Voto Vencido do senhor deputado Cândido Manoel. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N.º 70-71: de autoria do senhor deputado Quiélse Crisóstomo da Silva. Autoriza o P.E. transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga os Municípios de Bocaiuva do Sul a Colombo. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N.º 84-71: de autoria do senhor deputado Nivaldo Krüger. Autoriza o P.E. criar uma Escola Técnica, no Município de Guapuva. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N.º 169-70: de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 20-70. Fica estendido os benefícios dos artigos 1.º e 5.º, do Projeto de Lei n.º 133-70, aos Membros do Corpo Especial e da Procuradoria da Fazenda do Tribunal de Contas. Relator deputado Igo Losso. Parecer: contrário. Aprovado. 14) — PROJETO DE LEI N.º 230-70: de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 26-70, autoriza o P.E. doar à União — Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde, um terreno na forma e como especifica. Relator deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.ºs 22-71, 27-71, 29-71 e 30-71, todos concluindo que os vetos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. O deputado Cândido Manoel apresentou emenda ao Projeto de Lei n.º 17-71, que

foi discutida, votada e aprovada. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada por todos os membros desta Comissão, será assinada por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS
7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a presidência do senhor deputado Leopoldo Jacomel. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que, foi relatado o seguinte processo: PROJETO DE LEI N.º 268-70 autor Poder Executivo — Mensagem Governamental n.º 33-70, encaminhando anteprojeto de lei que cria no Quadro de Pessoal da Penitenciária de Mulheres, os cargos em comissão, na forma que especifica. Relator senhor deputado Ovídio Franzoni, parecer favorável, APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de assinada e achada conforme será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Assinatura Illegível — Secretário

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
1.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA
ATA DA 2.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e um, às dezesseis horas e trinta minutos, reuniram-se na Sala das Comissões, os membros da Comissão de Tomada de Contas, sob a Presidência do senhor deputado Leopoldo Jacomel e com a presença dos senhores deputados Xenofonte Villanueva, Aguinaldo Pereira Lima, Antonio Belinati e Pinto Dias. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou aberto os trabalhos. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada sem restrições a Ata da reunião anterior. Em seguida foram relatadas as seguintes contas: Conta n.º 3899-71, do Centro Social Santa Terezinha, da cidade de Sabáudia, na importância de Cr\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos cruzeiros), recebidos dos deputados Arthur de Souza e Emilio Carazzai, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 3914-71, do Diretório Acadêmico "Daniel Egg", desta Capital, na importância de Cr\$ 300,00 (Trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Olivir Gabardo, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 3744-71, da Casa da Criança Sant'Ana, da cidade de Ponta Grossa, na importância de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Antonio Lopes Júnior, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 3421-71, da Escola de Samba "Colorado", desta Capital, na importância de Cr\$ 50,00 (Cinquenta cruzeiros), recebidos do deputado Emilio Carazzai, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 3487-71, da Prefeitura Municipal de Inácio Martins, na importância de Cr\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Antônio Lopes Júnior, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 3930-71, do Colégio Nossa Senhora Medianeira, desta Capital, na importância de Cr\$ 15.500,00 (Quinze mil e quinhentos cruzeiros), recebidos dos deputados Ovídio Franzoni, Luiz Cruz,

Armando Queiroz, Abrahão Miguel, Fabiano Braga Côrtes e Luiz Renato Malucelli, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 401-71, do Colégio Nossa Senhora de Fátima, da cidade de Mamborê, na importância de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Armando Queiroz, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 4119-71, do Nosso Jardim Associação de Ensino Pré-Primário — Departamento de Crianças Deficientes, desta Capital, na importância de Cr\$ 2.600,00 (Dois mil e seiscentos cruzeiros), recebidos dos deputados Emílio Carazzai, Erondy Silvério Jorge Sato, Alencar Furtado e Silvio Barros, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 3683-71, da Santa Casa de Misericórdia de Imbituva, na importância de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do deputado Antônio Lopes Júnior, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 3745-71 do Grêmio Estudantil Emílio de Menezes, da cidade de Pato Branco, na importância de Cr\$ 300,00 (Trezentos cruzeiros), recebidos do deputado Antonio Lopes Júnior, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 3743-71, do Instituto Pontagrossense de Educação de Jovens, na importância de Cr\$ 1.000,00 (Um mil cruzeiros), recebidos do deputado David Federmann, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 3620-71, da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, da cidade de Rebouças, na importância de Cr\$ 50,00 (Cinquenta cruzeiros), recebidos do deputado David Federmann, referente ao exercício de 1969. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu Alberto Carazzai Neto, secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será por mim e pelo Senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos legais.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Alberto Carazzai Neto — Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 9.a REUNIÃO ORDINÁRIA

As dezesseis horas, do dia vinte e três do mês de junho, do ano de hum mil novecentos e setenta e hum após o término da Sessão Plenária, na Sala de Reuniões, da Divisão das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do senhor deputado Wilson Brandão, presentes os senhores deputados José Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Igo Losso, Sebastião Rodrigues Júnior, Acyr José, Emílio Carazzai e Armando Queiroz, e o senhor Assessor, doutor José Maria Zanardini de Camargo. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da 8.a Reunião Ordinária, após requerida dispensa de leitura, pelo senhor deputado Armando Queiroz. Nada constando da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 4-71, de autoria do senhor deputado Francisco Escorsin. Declara de utilidade pública o Museu Sete Quedas, localizado no Município de Guaíra. Relator deputado Armando Queiroz. Parecer: requer diligência junto ao Autor do Projeto. Deferido. 2) — PROJETO DE LEI N.º 18-71, de autoria do senhor deputado Cândido Machado de Oliveira. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação no Estado do Paraná. Relator deputado Odilon Reinhardt. Requer diligências junto ao Conselho Estadual de Educação. Deferido. 3) — PROJETO DE LEI N.º 23-71, de autoria do senhor deputado Emílio Carazzai. Assegura percepção de pensão mensal à viúva de ex-Governador, na proporção de 1/3, dos vencimentos de Secretário de Estado, como específica. Relator deputado Armando Queiroz. Parecer: contrário. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 24-71, de autoria do senhor deputado Igo Iwant Losso. Declara de utilidade pública a Missão Cristão do Brasil, com sede nesta Capital. Relator deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável. aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 39-71, de autoria do senhor deputado Xenofonte Vilanueva. Dá nova redação ao artigo 7.º, da Lei n.º 4.766, de

13.11.63, alterado pelo artigo 10.º da Lei n.º 5.802, de 12.7.68. Relator deputado Odilon Reinhardt. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N.º 41-71, de autoria do senhor deputado Antônio Costa. Transfere para a viúva Francisca Macedo Gutierrez, a pensão mensal de Gabriela Souza Macedo, alterada pela Lei n.º 5.205, de 11.12.65. Relator deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 45-71, de autoria do senhor deputado Acyr José Transfere para o DER, o trecho de rodovia municipal entre Mallet, município de Mallet, e a Barra da Pitinga, município de São Mateus do Sul. Relator deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável com substitutivo. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N.º 62-71, de autoria do senhor deputado Nivaldo Krüger. Autoriza o P.E. criar a Fundação do Cinema do Paraná, Funcipar, com sede e fôro nesta Capital. Relator deputado Armando Queiroz. Requer seja convertido em diligência junto à Secretaria de Educação e Cultura. Deferido. 9) — PROJETO DE LEI N.º 63-71, de autoria do Senhor Deputado Antônio Beilnati. Autoriza o Poder Executivo, incluir no cargo de Agente Fazendário, nível 20 do DERI, da Secretaria da Fazenda, os atuais despachantes oficiais do Estado junto às Estações Férreas da RVPSC, titulados há mais de vinte anos, e dá outras providências. Relator deputado Armando Queiroz. Requer seja convertido em diligência junto ao Departamento Estadual do Serviço Público. Deferido. 10) — PROJETO DE LEI N.º 66-71, de autoria do senhor deputado Máurício Fruet. Transfere ao DER para fins de conservação a estrada municipal que liga os municípios de Araucária e Campo Largo. Relator deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N.º 86-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 12-71, encaminhando anteprojeto de lei, que institui o Programa de Integração Fazendária — PROFAZ, a ser estabelecido mediante convênios entre o Estado e seus Municípios. Relator deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N.º 101-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 14-71, encaminhando anteprojeto de lei que dá nova redação ao artigo 9.º da Lei n.º 5.922, de 4.8.69. Relator deputado Wilson Brandão, que na qualidade de Presidente da Comissão, avocou o Projeto. Parecer: favorável. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N.º 115-70, de autoria do ex-deputado Luiz Renato Malucelli. Autoriza o P.E. declarar de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa desta Capital. Relator deputado Armando Queiroz. Requer seja convertido em diligência junto à Entidade. Deferido. 14) — PROJETO DE LEI N.º 120-70, de autoria do senhor deputado Fuad Nacli. Declara de utilidade pública a Policlínica de Cascavel. Relator deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Requer seja convertido em diligência junto à Entidade. Deferido. 15) — PROJETO DE LEI N.º 124-70, de autoria do senhor deputado Igo Losso. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Normal Colegial Estadual Amanda Carneiro de Mello, da cidade de Castro. Requer seja convertido em diligência junto à Entidade. Deferido. 16) — PROJETO DE LEI N.º 143-70, de autoria do senhor deputado Silvio Barros. Declara de utilidade pública o Albergue Noturno Santa Luiza de Marillac, de Maringá. Relator deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável. Aprovado. 17) — PROJETO DE LEI N.º 205-70, de autoria do senhor deputado Erondy Silvério. Isenta do Imposto de Circulação de Mercadorias as operações decorrentes da industrialização ou comercialização da cal. Relator deputado Arthur de Souza. Parecer: contrário. Aprovado. 18) — PROJETO DE LEI N.º 284-70, de autoria do senhor deputado Gabriel Manoel. Cria o Município de Nôvo Tupassi, com as divisas que especifica. Relator deputado Arthur de Souza. Parecer: contrário. Aprovado. 19) — PROJETO DE LEI N.º 311-70, de autoria do senhor deputado Antônio Lopes Júnior. Cria o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, e dá outras providências. Relator deputado Antônio, digo, Sebastião Rodrigues Júnior. O senhor deputado Armando Queiroz requer vistas do Projeto. Deferido. 20) — PROPOSIÇÃO N.º 17-71, de autoria do Poder Exe-

cutivo. Mensagem n.º 10-71, encaminhando para referendo desta Casa, cópia autêntica do convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná. Relator deputado Odilon Reihardt. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 21) — PROPOSIÇÕES N.º 28-71, 31-71 e 35-71, de autoria do Poder Executivo, referentes a Vetos a Projetos de Lei. Sendo relatadas pelos senhores deputados Armando Queiroz, José Muggiati Filho e Armando Queiroz respectivamente. Relatórios favoráveis, todos concluindo que os vetos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. 22) — PROPOSIÇÃO N.º 95-70, de autoria do Poder Executivo, vetos apósto ao Projeto de Lei n.º 2-70, relatório solicitando o arquivamento, tendo em vista haver perdido o prazo. Aprovado. 23) — PROPOSIÇÃO N.º 119-69, de autoria do Sindicato Rural de Araucária solicitando opinião sobre tese do 1.º Vice-Presidente da Cuiabá Associação, a respeito da tributação incidente sobre o produtor rural. Relator deputado José Muggiati Filho. Requer seja submetido à Comissão de Finanças. Deferido. O deputado Emílio Carazzai, tem seu voto vencido no Projeto de Lei n.º 23-71, de que foi relatado pelo senhor deputado Armando Queiroz. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada por todos os membros desta Comissão, será assinada por mim Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo senhor Presidente, deputado Wilson Brandão.

aa) Wilson Brandão — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 11a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Redação Final. Sob a Presidência do senhor deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Wilson Brandão, apresentou Redação Final dos seguintes processos:

PROJETO DE LEI N.º 100-70 — de autoria do senhor deputado Antônio Lopes Júnior, que eleva para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta) a pensão mensal concedida à viúva Maria da Conceição Martins Azambuja e Souza, pela Lei n.º 1.535, de 2.12.53. PROJETO DE LEI N.º 126-70 — de autoria do senhor deputado Arnaldo Busato, que autoriza o Poder Executivo a doar Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), à Associação do Instituto Nacional e Assistencial "Santa Cruz", de Capanema. PROJETO DE LEI N.º 313-70 — de autoria do senhor deputado Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo considerar de utilidade pública, a Assistência Lar Esperança, da cidade de Londrina. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente. — Lélío G. Sotto Maior — Secretário.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 100-70
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão mensal, concedida à viúva Maria

da Conceição Martins Azambuja e Souza, pela Lei n. 1.535, de 2 de dezembro de 1.953.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente Lei, correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.06.71.

aa) Cândido M. M. de Oliveira - Presidente. — Wilson Brandão - Relator. — Maurício Fruct. — Maciel Filho.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 126-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), à Associação do Instituto Nacional e Assistencial "Santa Cruz", do Município de Capanema, destinado a manter e administrar os cursos secundários de 1.º ciclo ginasial e 2.º ciclo colegial.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.06.71.

aa) Cândido M. M. de Oliveira - Presidente. — Wilson Brandão - Relator. — Maurício Fruct. — Maciel Filho.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 313-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar de utilidade pública, a Assistência Lar Esperança, de Londrina, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.06.71.

aa) Cândido M. M. de Oliveira - Presidente. — Wilson Brandão - Relator. — Maurício Fruct. — Maciel Filho.